



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **Projeto de Lei nº           /2009** (Da Sra. Sueli Vidigal – PDT/ES)

**Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de politereftalato de etila (PET) ou de qualquer outro tipo de polímero termoplástico com o mesmo objetivo, estabelecidas no País, ficam obrigadas a desenvolver, implantar e manter programas de reciclagem desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde do consumidor final.**

#### **O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de politereftalato de etila (PET) ou de qualquer outro tipo de polímero termoplástico com o mesmo objetivo, estabelecidas no País, ficam obrigadas a desenvolver, implantar e manter programas de reciclagem desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde do consumidor final.

Parágrafo único. Considera-se reciclagem todo processo de termo reação ou ar quente de reaproveitamento da matéria-prima que trata o *caput*, beneficiando-a para convertê-la em um novo produto, diverso daquele originalmente concebido.

Art. 2º As empresas enquadradas no *caput* do art. 1º ficam obrigadas a inserir, nos rótulos de suas embalagens, mensagens sobre a sua correta destinação, bem como dos eventuais danos que elas podem causar à saúde e ao meio ambiente, se utilizadas inadequadamente.

Parágrafo único. Os programas criados em decorrência do atendimento do disposto no *caput* do art. 1º deverão, necessariamente, incluir formas de aprimoramento dos processos de lavagens das garrafas plásticas, de forma a impedir a permanência de traços de contaminantes (adesivos plásticos “base cup”) no flocos de PET.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a infração ao disposto na presente Lei será punida, alternativa ou cumulativamente, com a penalidade de:

- I – advertência;
- II – multa;

- III – apreensão de produto;
- IV – inutilização de produto;
- V – interdição de produto;
- VI – suspensão de vendas e/ou fabricação, distribuição ou envase de produto;
- VII – interdição parcial ou total do estabelecimento;
- VIII – cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- IX – intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera;
- X – imposição de mensagem retificadora;
- XI – suspensão de propaganda e publicidade.

§ 1º A pena de multa consiste no pagamento de quantia entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º A multa prevista neste artigo será aplicada em dobro em caso de reincidência e, assim, sucessivamente.

§ 3º Na aplicação da penalidade de multa a autoridade competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 4º Aos valores das multas previstas nesta Lei aplicar-se-á o coeficiente de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa contribuir com o direito que todo o cidadão tem de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que possa usufruir de melhor qualidade de vida e de saúde. Portanto, como membro desta Casa Legislativa, é nosso dever buscar soluções que visem à proteção do ecossistema em que vivemos, bem como buscar formas alternativas de implementação de medidas e programas que visem o uso racional dos recursos naturais e já processados industrialmente.

Os problemas decorrentes de produtos plásticos vão desde o seu processo de fabricação até sua destinação final. Durante a sua fabricação, ocorre a produção de algumas substâncias que integram o grupo dos chamados poluentes orgânicos persistentes – POPs. São substâncias biocumulativas, ou seja, não são eliminadas pelos organismos vivos que as absorvem, nem são dissolvidas facilmente pelo meio ambiente, constituindo-se, assim, em substâncias prejudiciais à saúde humana e causa originárias de diversas doenças, inclusive o câncer.

São inumeráveis os problemas causados pelo acúmulo desproporcional de materiais inorgânicos, sobretudo daqueles decorrentes da produção de polímeros termoplásticos. Podem ser arrolados, sem exclusão de outros: o entupimento dos bueiros em vias urbanas; quando incinerados, emanam substâncias altamente tóxicas; depositadas em aterros sanitários, são recipientes propícios ao acúmulo de águas pluviais e, por conseguinte, de berçário das mais diversas pragas, entre elas do *aedes aegypti* (mosquito transmissor da dengue).

Ademais, é fato que os resíduos plásticos dificultam o processo de decomposição de materiais biologicamente degradáveis, uma vez que criam camadas impermeáveis prejudiciais às trocas de líquidos e gases gerados no processo de biodegradação da matéria orgânica.

As vantagens da reciclagem são expressivas e inquestionáveis, tanto para o meio ambiente, como economicamente.

A redução do acúmulo de lixo é medida que se impõe para um meio ambiente auto-sustentável. No caso do papel, considera-se a sensível preservação do ecossistema, com um menor número árvores derrubadas para a extração da celulose, e, por conseguinte, de emissão de gases na atmosfera decorrente do processo industrial e, ainda, de agressão ao solo e mananciais hídricos.

No econômico, é fácil perceber o uso racional dos recursos naturais e do seu reaproveitamento e, por conseguinte, numa cadeia infinitamente mais próxima do processo produtivo, sem considerar que o reflorestamento de corte, além de oneroso é extremamente moroso.

Somem-se aos indicadores supra o fato inquestionável que a preservação do meio ambiente traduz-se em considerável melhoria na qualidade de vida para as pessoas. Mas não é somente nesta particularidade que a reciclagem se mostra, além de racional, mais econômica, é de se considerar, ainda, o fato de movimentar uma substancial massa de trabalhadores informais que tem na “cata do lixo” a única forma de sustentação própria e de terceiros. Esse segmento, à margem da sociedade, poderão ser profissionalizados e educados mediante a formação de associação e cooperativas de coleta de materiais recicláveis, que lhes permitirão, além da sustentação econômica, conhecimento para a prevenção - mediante cursos - de procedimentos de coleta dos materiais recicláveis sem que constituam vítimas de doenças decorrentes desse manuseio do lixo, sem a devida orientação.

Assim sendo, é imprescindível a elaboração de uma legislação mais rígida, que garanta a disposição correta não apenas desse tipo de material, como, também, de qualquer outro que, de alguma forma, contribua para o desequilíbrio do ecossistema.

Este projeto tem como objetivo conscientizar os cidadãos de que os menores atos praticados no cotidiano podem ter impactos irreparáveis sobre o meio ambiente, prejudicando, principalmente, as futuras gerações. Objetiva-se, ainda, garantir que as empresas envolvidas nos processos de produção, distribuição e envasamento daqueles produtos, promovam programas que lhes dêem destinação final ecologicamente correta.

Por ser justa e necessária, conto, mais uma vez, com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2009.

**SUELI VIDIGAL**  
**Deputada Federal – PDT/ES**